



Seminário: O Papel das Áreas Protegidas na Redução das Emissões por Desmatamento

Objetivo

O objetivo principal é discutir e difundir conceitos básicos e atualizados sobre o papel das áreas protegidas na redução das emissões por desmatamento para organizações que lidam ou se interessam pelo assunto, de forma a estimular, tanto a redução de emissões, como o fortalecimento das áreas protegidas e das comunidades locais e povos indígenas.

O seminário também servirá para afinar mensagem a passar para as autoridades brasileiras. Propõe-se a divulgação dos resultados e uma declaração dos participantes.¹

Data e local

O seminário ocorrerá no dia 08 de outubro, em Brasília, das 8h30 às 18h30, com intervalo para almoço, no Hotel Confort Suites Brasília.

Programa

O seminário será composto de algumas apresentações, para nivelamento da informação atualizada, com de tempo para discussões organizadas e dirigidas, culminando com aprovação de declaração.

8h30 – Abertura, com as autoridades Cecília Brito, secretaria de Biodiversidade e Florestas, MMA, Romulo Mello, presidente do ICMBio, e Márcio Meira, presidente da Funai, e os promotores, Cláudio C. Maretti, superintendente de Conservação do WWF-Brasil, Paulo Moutinho, coordenador do Ipam, e Roger Ullman, do Linden Trust for Conservation

9h00-9h30 – “Contexto atual das mudanças climáticas e da redução de emissões por desmatamento (Redd)”, por Paulo Moutinho, do Ipam

9h30-10h00 – “Sistemas de unidades de conservação e solidariedade entre comunidades locais e entre povos indígenas: segurança para a redução de emissões e benefícios para a sociedade e a natureza”, por Cláudio C. Maretti, do WWF-Brasil

10h0-10h15 – intervalo

10h15-12h30 – Debate sobre fundamentos, princípios e critérios para um construir um regime de Redd nacional, incluindo painel com “representantes” de diferentes tipos de áreas protegidas e voluntários interessados da platéia

- Debatedores (opiniões, debates e respostas, em interação com os palestrantes)
 - os dois palestrantes (acima);
 - papel das unidades de conservação do grupo de proteção integral, representante do ICMBio, Sérgio Colasso;
 - papel das unidades de conservação do grupo de uso sustentável, por Manoel Cunha, presidente do CNS;
 - papel das terras indígenas, por Cleyton Javaé, Coordenador Secretário da Coiab; e
 - manifestação de voluntários interessados da platéia, dois por vez, em sistema de rodízio

12h30-14h00 – almoço

- 14h00-14h30 – “Demonstração do papel das UCs e TIs na redução do desmatamento (destaque no caso do Arpa)”, por Britaldo Soares, da UFMG
- 14h30-15h30 – “Valor para Redd e o custo das áreas protegidas; o caso da Amazônia”
Monica H. Mekaru, da McKinsey Brasil; e
Rosa Lemos de Sá, do Funbio
- 15h30-17h30 – debate (mecanismos e recomendações para a contribuição das APs na Redd),
incluindo intervalo (e café)
- 17h30-18h30 – revisão e aprovação de declaração conjunta

¹ Este seminário continua o esforço de discutir Redd e APs incluído no evento Desmistificando Redd: fortalecendo a participação dos povos indígenas e tradicionais nas discussões sobre mudanças climáticas, realizado pelo Ipam, em 11-12 de maio de 2009, em Brasília, Brasil, em colaboração com CND, Coiab, Coica e GTA, com apoio da Packard Foundation, Linden Trust e GTZ. Obviamente se relaciona com os muitos debates nacionais e internacionais sobre o tema, particularmente a oficina “Connecting Amazon Protected Areas and Indigenous Lands to REDD Frameworks”, realizada em 11-12 de fevereiro de 2009, na Stanford University, Palo Alto, Califórnia, EUA. (Para acessar alguns dos materiais produzidos para essa oficina veja <http://www.worldwildlife.org/science/stanfordgroup.html>.)

Redd significa a redução das emissões de GEE provocadas por desmatamento e degradação florestal, mas em muitas situações, inclusive aqui, em termos do “regime Redd”, tem ligações diretas com a possibilidade de compensação de carbono, ou compensação de metas de redução de emissões GEE.

Para origem do conceito de Redd, ver:

Santilli, M.; Moutinho, P.; Schwartzman, S.; Nepstad, D.; Curran, L. & Nobre, C. 2005. *Tropical deforestation and the Kyoto Protocol: an editorial essay*. In: Moutinho, P. & Schwartzman, S. **Tropical deforestation and climate change**. IPAM and ED, Belém and Washington, pp. 47-52.

As chamadas “catástrofes climáticas” são cada vez mais frequentes e desastrosas. Mas não podemos nos enganar e não perceber que esse caos climático é causado pelas ações humanas, alterando o clima, por meio das emissões de GEE. Mas também pioramos as suas conseqüências, em muito, por ações humanas como a desordenada ocupação do solo, sobretudo diminuindo nossa resistência (ou resiliência) às mudanças climáticas ao destruímos remanescentes de ecossistemas naturais, como matas ciliares, áreas úmidas, matas de encostas mais íngremes etc.

Aqui não se consideram como áreas protegidas as áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais (RLs) definidas pelo Código Florestal brasileiro. Seguindo os conceitos da UICN e da CDB, consideram-se aqui áreas protegidas incluindo as unidades de conservação (UCs - áreas protegidas *stricto sensu* para conservação da natureza, com esse objetivo explícito, independente de sua categoria, ainda que a eficácia possa ser diferenciada), terras indígenas (TIs) e territórios quilombolas (que são, ambas, áreas protegidas *lato sensu*, criadas com outros objetivos, mas colaborando na proteção da natureza). (Ver Maretti, 2005.) No Brasil, todos os níveis. Entre as unidades de conservação estão as reservas privadas oficialmente reconhecidas (reservas particulares de patrimônio natural – RPPNs) e UCs criadas pelo poder público, podendo incidir aquelas que podem incidir sobre terras independentemente de sua propriedade e aquelas que pressupõem o domínio público. Para as considerações aqui apresentadas são mais importantes as unidades de conservação que prevêm domínio público (ainda que quando necessário) de nível federal e estadual e as terras indígenas.

Para definições sobre áreas protegidas ver:

Maretti, Cláudio C. 2005. *Conservação e valores: relações entre áreas protegidas e indígenas: possíveis conflitos e soluções*. In: Ricardo, Fani (org.). 2004 (nov.). **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo, Instituto Socioambiental, pp. 85–101.

Sobre outros estudos a cerca do papel das APs na Redd, ver por exemplo:

Soares-Fº, B. S.; Nepstad, D. C.; Curran, L. M.; Cerqueira, G. C.; Garcia, R. A.; Ramos, C. A.; Voll, E.; Macdonald, A.; Lefebvre, P. & Schlesinger, P. 2006. *Modeling conservation in the Amazon basin*. **Nature** 440, 520-523.

Soares-Fº, B. S.; Dietzsch, L.; Moutinho, P.; Falieri, A.; Rodrigues, H.; Pinto, E.; Maretti, C. C.; Scaramuzza, C. A. M.; Anderson, A.; Suassuna, K.; Lanna, M. & Araújo, F. V. de. 2009.

Redução das emissões de carbono do desmatamento no Brasil: o papel do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). Brasília, UFMG, Ipam, WHRC e WWF-Brasil. 21 p.
(http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/arpa_relatorio_port_1_.pdf)